

Planejamento e Gestão Participativos: a metodologia para início da aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

R. O. Sepúlveda*, R. S. Lemos, P. B Sposito**, H. D. Theodoro*****

*Projeto Manuelzão/Universidade Federal de Minas Gerais; (e-mail: rogeriosepulveda@hotmail.com)

** Equipe CBH Rio das Velhas. (e-mail: mob@cbhvelhas.org.br)

***Faculdade Arnaldo. (e-mail: hildelano@yahoo.com)

Resumo

O Comitê da Bacia Hidrográfica Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), pelo reconhecimento da diversidade e extensão do seu território, criou, através da Deliberação Normativa 02/2004, os Subcomitês de Bacia Hidrográfica (SCBH) que são grupos propositivos e consultivos, com ação nas sub-bacias hidrográficas do Rio das Velhas. Sua constituição, tal como nos Comitês de Bacia, exige a presença de representantes de organizações da sociedade civil, dos usuários de água e representantes do poder público. A medida é uma reafirmação da descentralização do poder, assumindo que o Comitê, através de seus subgrupos, teria uma inserção local que qualificaria a discussão e as análises na bacia do Rio das Velhas. Buscando atender à diversidade local e aos próprios princípios da gestão participativa e descentralizada, o Comitê do Rio das Velhas determinou que a aplicação dos recursos da Cobrança de Água no Rio das Velhas seria orientado por sub-bacia e as prioridades de aplicação serão definidas pelos Subcomitês, através oficinas oferecidas aos participantes. Para subsidiar a elaboração de projetos executivos as oficinas foram realizadas com cerca de vinte participantes e representantes de instituições locais. Os projetos foram analisados pelo Comitê e serão licitados para execução em 2011.

Abstract

The Rio das Velhas Hydrographic Basin Committee (HBC), by the recognition of the diversity and extent of its planning territory, created, by Regulatory Determination 02/2004, the subcommittees of hydrographic basin (SCHB) that would be propositional and advisory groups, with operations in subbasins of the Rio das Velhas. Its constitution, like the HBC, requires the presence of representatives of civil society organizations, water users and public authorities. The measure is a reaffirmation of the decentralization of power, assuming that the HBC, by its subgroups, would have a local insertion that would qualify the discussion and analysis in the Rio das Velhas basin. Seeking to attend the local diversity, and the very principles of participatory and decentralized management, the Rio das Velhas HBC determined that the application of the resources of water use taxes would be guided by subbasin and the implementation priorities would be defined by the SCHB, through workshops offered to participants. To subsidize the writing of the executive projects, workshops were conducted with about twenty participants and representatives from local institutions. The projects were reviewed by the committee and will be bid to run in 2011.

Keywords: Comitê de Bacia Hidrográfica, Subcomitê de Bacia Hidrográfica, Rio das Velhas.

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado com o objetivo de apresentar a metodologia atualmente adotada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) para gestão e aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água nessa bacia, iniciada em 2009.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica brasileiros foram consolidados a partir do modelo francês de gestão descentralizada de recursos hídricos e implantados a partir da formulação da lei nº 9433/1997. Esta lei instituiu que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades”; a mesma lei define ainda a

bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A bacia hidrográfica fica definida, desde então, como uma unidade territorial de planejamento e de gestão descentralizada e participativa, sendo fundamental que essa gestão seja construída valorizando os saberes tradicionais e as culturas locais. Acredita-se que tais princípios possam auxiliar no fortalecimento dos grupos locais para que os mesmos possam intervir de modo consciente e autônomo nos processos decisórios, tornando o Comitê um espaço institucional que valoriza a diversidade de saberes e atores locais.

O CBH Rio das Velhas, criado em 1998, compõe com mais 35 comitês o Sistema Estadual de Recursos Hídricos/MG. A bacia do Rio das Velhas, abrange um total de 51 municípios, distribuídos em 29.173 km², com contribuição de 62% do PIB do Estado de Minas Gerais e população de aproximadamente 4,5 milhões de pessoas. O artigo 11 do seu Regimento Interno estabelece a seguinte estrutura organizacional: I) Plenária; II) Diretoria; III) Diretoria Ampliada; IV) Câmaras Técnicas; V) Subcomitês.

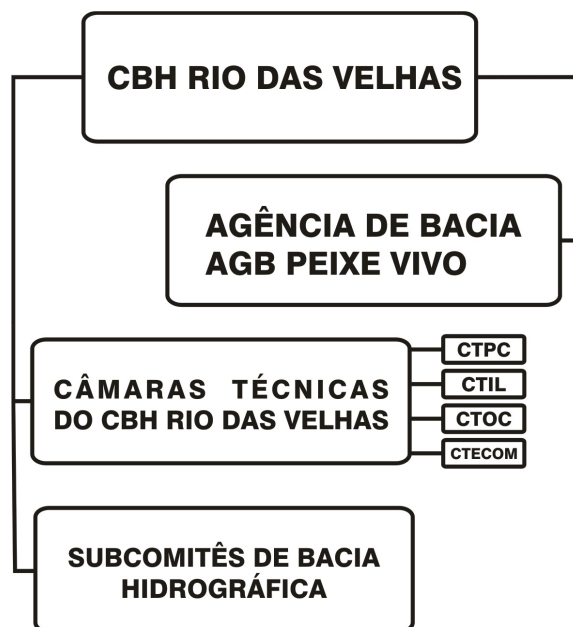


Ilustração 1: Diagrama de funcionamento CBH Rio das Velhas

A Plenária é a instância máxima e deliberativa, que analisará e emitirá parecer final sobre qualquer dos assuntos definidos pelas outras estruturas do Comitê; A Diretoria é composta por Presidente, Vice Presidente e Secretário e a Diretoria Ampliada é composta por estes três, mais cinco conselheiros, de maneira que seja mantida a paridade entre os quatro segmentos do Comitê. As câmaras técnicas são unidades de discussão setorializadas do Comitê do Rio das Velhas, possuem oito membros titulares e tem como atribuição qualificar tecnicamente o debate do Comitê sobre assuntos e demandas específicas. Hoje existem quatro câmaras técnicas em funcionamento: Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC; Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle - CTPC; Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL; Câmara Técnica de Educação, Comunicação e Mobilização – CTECOM.

Além das câmaras técnicas existe também a Agência de Bacia, AGB Peixe Vivo, que presta apoio administrativo, técnico e financeiro ao CBH Rio das Velhas. Trata-se de uma entidade dotada de personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos.

A implantação e normatização das agências de bacia hidrográfica foram definidas pela lei das águas 9433/97 que estabelece que, para exercer a função de entidade delegatária para agência de bacia, a entidade deve organização civil de recursos hídricos. São definidos os seguintes grupos de entidades: I) consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; II) associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; III) organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; IV) organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; V) outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

À entidade delegatária e equiparada a agência de bacia, não é transferida a competência de efetuar a cobrança pelo uso da água. Essa atribuição é reservada ao Gestor Público de águas Estadual ou Federal, uma vez que a água é recurso de domínio público não podendo, dessa forma, sua cobrança ser efetuada por um ente de finalidade privada, como é o caso das entidades equiparadas às agências de bacia.

Em 2006 foi criada a AGB Peixe Vivo, visando assumir as funções de Agência de Bacia, permitir a implementação da cobrança e a execução das ações previstas no Plano de Aplicação dos recursos da cobrança aprovado pelo Comitê. Ela permitirá também o funcionamento da estrutura administrativa e técnica do CBH Rio das Velhas, das suas reuniões, e das câmaras técnicas e dos subcomitês, bem como dos desdobramentos destes grupos vinculados ao Comitê. Atualmente estão em discussão a atualização do Plano Diretor da bacia e os primeiros projetos a serem financiados com recursos da cobrança.

O CBH Rio das Velhas, a partir do reconhecimento da diversidade e amplitude de seu território de planejamento, instituiu, através da Deliberação Normativa (DN) 02/2004, a criação dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica (SCBH), grupos consultivos e propositivos, com atuação nas sub-bacias hidrográficas do Rio das Velhas. Sua constituição, tal qual nos Comitês de Bacia, exige a paridade entre representantes da sociedade civil organizada, dos usuários de água e do poder público. A medida é uma reafirmação da descentralização do poder, partindo-se do pressuposto de que os subcomitês permitiriam uma inserção local qualificando os debates e análises na bacia do Rio das Velhas.

Os Subcomitês foram criados para incentivar a participação direta dos atores sociais locais nos processos de tomada de decisão. Sua atuação significa um grande avanço na representatividade e na articulação de entidades existentes nas sub-bacias do Rio das Velhas. Os subcomitês mantêm-se como um conselho de regulação e articulação social que promovem diversas ações: intervenções em projetos, construção de parcerias, ações jurídicas, captação de recursos, entre outras. Acredita-se, desta forma, que os subcomitês estão exercendo suas finalidades propositivas e consultivas, possibilitando cotidianamente sua consolidação em movimentos afirmativos extremamente relevantes nos debates ambientais, dentre os quais pode-se citar a descentralização do planejamento e gestão territorial, a organização do espaço, entre outros.

Acredita-se, desta forma, que os subcomitês da bacia hidrográfica do Rio das Velhas sejam a concretização de uma política descentralizadora que percebe e valoriza as peculiaridades de cada

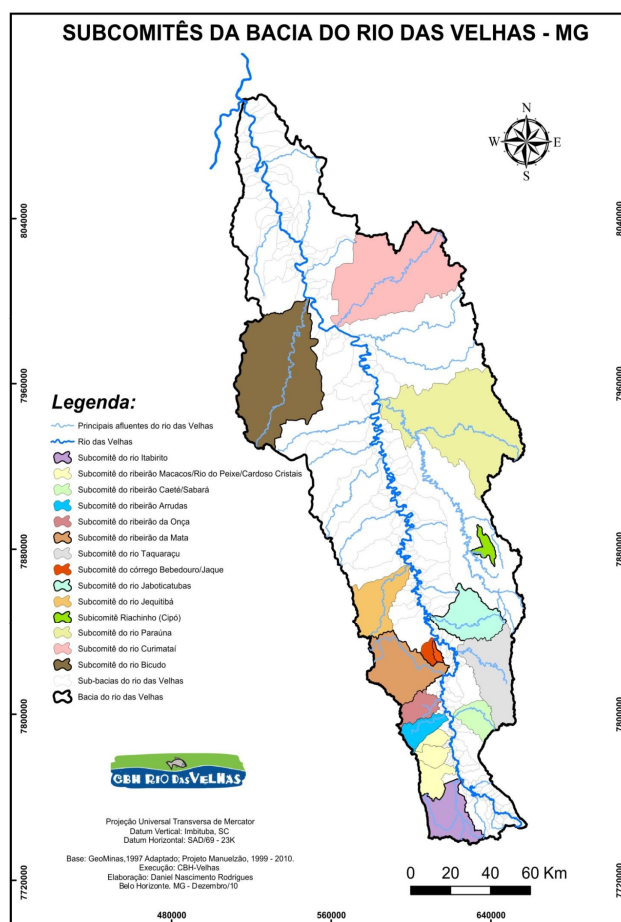


Ilustração 2: Mapa Subcomitês de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
Fonte: CBH Rio das Velhas

<http://www.cbhvelhas.org.br/> - acesso em 02 de maio de 2011

lugar, utilizando as diversas visões dos atores locais no processo de planejamento e gestão de recursos hídricos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E TEÓRICA – O PROCESSO PARTICIPATIVO.

A inserção da sociedade civil brasileira nos processos decisórios teve início principalmente a partir dos anos 1970 com o Movimento pela Reforma Urbana (CARDOSO, 1997: 89; MARICATO, 1994: 310), após 1983 com a Lei de Desenvolvimento Urbano (LDU) e posteriormente com a constituição de 1988, quando a gestão participativa passou a ser entendida em um contexto amplo que vai da “revalorização do saber popular à consequente crítica ao saber técnico” (CARDOSO, 1997: 82).

No Brasil, a luta pela conquista de espaços para aumentar a participação social é sem dúvida um dos aspectos mais desafiadores para a análise sobre os alcances da democracia. As experiências de deliberação participativa desde o início dos anos 1980 estão associadas à capacidade que os movimentos sociais tiveram de explicitar demandas relacionadas principalmente com a distribuição de bens públicos e também em menor escala na formulação de políticas públicas. (...) Os movimentos sociais organizados, apesar dos argumentos em torno da sua fragmentação, dispersão e fragilidade, colocaram na agenda da democratização a necessidade de garantir direitos sociais básicos como parte componente da conquista de cidadania. (JACOBI, 2000: p?).

Jacobi (2000) afirma que a formação de cidadãos críticos e autônomos é consubstanciada a partir da mudança das práticas sociais atualmente utilizadas, buscando substituí-las por novas formas de referência, que tenham na participação um componente essencial. A formação desses cidadãos permite, aos sujeitos sociais ativos, perceber que a multiplicação de práticas democratizantes pode gerar mudanças em suas vidas cotidianas.

A descentralização nos processos decisórios, proposta em linhas gerais na Lei 9.433/97, através da criação de um sistema de gerenciamento mais integrado, é uma construção permanente e que se encontra ainda incipiente no Brasil e merece ser melhor compreendida por seus atores participantes. O que se percebe, é que o modelo de gestão com ação participativa tem como prioridade a instalação de um trabalho mais sistêmico na gestão, com a inclusão de abordagens até então pouco privilegiadas no gerenciamento ambiental, como as de negociação direta e de política pública representativa, na qual uma regulação (inclusive jurídica) de caráter mais abrangente possa ser posta em prática, flexibilizando o processo do controle ambiental. Isto porque a forma estrutural dos comitês revela uma valorização da sociedade civil como protagonista no processo decisório da gestão, exercendo uma pressão por mudanças descentralizadoras.

No processo de planejamento participativo proposto pelo Comitê do Rio das Velhas existe a busca pela construção de um consenso coletivo que se fundamenta na iniciativa do planejamento feito endogenamente (da gestão local nas unidades descentralizadas – subcomitês – para o órgão gestor – CBH Rio das Velhas) com a organização dos interesses feita de forma democrática e que se consolidem como vias alternativas aos métodos de planejamento que não relevam a participação e saberes dos atores locais. (THEODORO, 2002).

3 – COBRANÇA E APLICAÇÃO PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO DAS VELHAS.

A implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento previsto na Lei 9433/97, é

iniciativa dos Comitês de Bacia Hidrográfica e deve ser precedida de estudos de viabilidade e os valores a serem cobrados pelo uso da água devem levar em consideração a capacidade de pagamento de cada setor de usuários e apontar para os valores necessários à recuperação da qualidade das águas de uma bacia. As discussões sobre a cobrança na bacia do Rio das Velhas se deram no primeiro semestre de 2009, concretizando-se esta etapa em agosto de 2009, com a aprovação pelo Conselho estadual de Recursos Hídricos. A cobrança iniciou-se em 2010 e para 2011 é prevista uma arrecadação próxima a 10 milhões de reais.

Todo o recurso arrecadado pelo CBH Rio das Velhas deve ser aplicado na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas com duas finalidades principais: 92,5% do recurso será utilizado em investimentos definidos como prioritários pelo CBH Rio das Velhas. São programas, projetos, estudos e obras direcionados à melhoria da quantidade e qualidade das águas como, por exemplo, ações de recuperação de nascentes e matas ciliares, tratamento de esgotos e aterros sanitários, programas de educação ambiental e estudos para despoluição das águas. Os demais 7,5% dos recursos arrecadados são usados na manutenção da Agência de Bacia Hidrográfica.

Os recursos da cobrança já estão sendo aplicados no custeio da AGB Peixe Vivo e no funcionamento do Comitê do Rio das Velhas, garantindo infra-estrutura para a realização de reuniões, eventos, viagens, estudos e para o apoio aos subcomitês. Nos Planos de Aplicação de 2010 e 2011, relativos aos recursos da cobrança, foram aprovadas rubricas destinadas às ações estruturais nas sub-bacias da bacia do Rio das Velhas. Sob demanda e coordenação do Comitê, a Agência de Bacia Peixe Vivo contratou em novembro de 2010 a elaboração dos quatro primeiros projetos a serem financiados com os recursos da cobrança.

Buscando atender às diversidades locais e aos próprios princípios da gestão participativa e descentralizada, o CBH Rio das Velhas definiu que a aplicação dos recursos seria para as sub-bacias hidrográficas e teriam as prioridades de aplicação definidas pelos próprios integrantes dos subcomitês. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas adotou metodologia participativa que, a partir da realização de oficinas e reuniões, tinha o objetivo de permitir aos Subcomitês presença efetiva no processo de planejamento.

Desta forma, o resultado das oficinas foi materializado em quatro projetos que permitiram trazer ao Plenário do Comitê o entendimento das problemáticas locais, questionamentos sobre as temáticas definidas e os possíveis caminhos entendidos para sua solução. A proposta intenciona trazer até ao Comitê análises e perspectivas críticas da realidade a partir da experiência dos representantes locais, seus maiores conhecedores. Estes atores, durante as oficinas de elaboração dos projetos puderam se posicionar livremente em processos de diálogo e orientar, propor e fundamentar suas contribuições que foram agregadas aos projetos.

Os quatro projetos foram elaborados sob a coordenação da Presidência do CBH Rio das Velhas, com apoio de sua equipe de mobilização. Inicialmente, foram escolhidas cinco sub-bacias, nas quais estivessem em funcionamento subcomitês, sendo elas: Ribeirões Arrudas e Onça, Rio Taquaraçu, Ribeirão Jequitibá e Ribeirão da Mata. Era diretriz obrigatória, que o conteúdo de cada um dos projetos definidos pelos integrantes dos subcomitês, deveria contemplar pelo menos uma ação estrutural conjugada com ações de mobilização, educação e comunicação.

As oficinas foram tentativas de inserir ao planejamento as características do lugar e permitiram captar dos membros dos subcomitês as peculiaridades sociais, culturais, ambientais das respectivas sub-bacias. As oficinas aconteceram em quatro momentos sucessivos e complementares: 1)

definição de um eixo temático de importância e significado para o território de planejamento (áreas degradadas, nascentes e valorização dos cursos de água, são alguns exemplos); 2) discussão preliminar sobre o eixo temático escolhido, apresentações e manifestações dos participantes sobre a temática; 3) discussão em grupos de até cinco pessoas a partir de preenchimento de questionário semi-estruturado sobre a temática a ser trabalhada; 4) apresentação da síntese dos trabalhos discutidos e propostos.

A definição de eixo temático e discussão preliminar intencionaram iniciar a problematização da discussão, focando as análises dos participantes de forma a nortear os problemas e soluções numa linha diretiva. O processo permite ainda que os participantes se entendam como parte não apenas do problema, mas também da possibilidade de solução, uma vez que a “problematização da realidade vivida traz a percepção das razões que tornam aquela situação uma realidade. E, portanto, revela esta realidade como transitória, dependente da ação do(s) indivíduo(s)” (FARIA, 2006: 74).

O terceiro e o quarto momento intencionam fomentar a possibilidade de diálogo entre os participantes, de forma a consolidar o movimento horizontal e de construção. Para isso, os grupos foram separados de forma aleatória e os participantes iniciaram debates sobre as propostas e objetivos que consideravam importantes. A equipe responsável pela condução da dinâmica participou de forma indireta dos debates, mantendo-se à parte do foco da discussão, mas realizando acompanhamento com a intenção de mediar o ambiente de diálogo e construção entre os participantes e esclarecer eventuais dúvidas e demandas.

Os quatro projetos desenvolvidos a partir das oficinas se consolidaram com objetivos e metodologias consideravelmente variadas, apesar de partirem de uma mesma proposta. Foi sugerido pelo do CBH Rio das Velhas que cada um dos projetos fosse composto por uma ou mais ações estruturais, as quais deveriam ser relacionadas ações de educação ambiental e de mobilização social visando, sobretudo, a sustentabilidade das ações. Neste contexto surgiram propostas diversas, de acordo com as particularidades de cada região, como segue.

3.1 Subcomitês de bacia hidrográfica dos Ribeirões Arrudas e Onça

Os Subcomitês das bacias hidrográficas dos Ribeirões Arrudas e Onça consideraram fundamental que fosse realizado o cadastro, mapeamento e monitoramento das nascentes presentes em seu território, uma vez que as mesmas possibilitam o resgate simbólico dos cursos d'água em meio urbano. (recorda-se que grande parte do território destas duas sub-bacias estão inseridos em Belo Horizonte).

Desta forma o objetivo principal deste projeto foi envolver e sensibilizar as comunidades locais para a proteção de nascentes. Este trabalho será realizado por meio do cadastro de proprietários e de áreas de nascentes, das duas bacias, visando à proposição de ações de conservação ou de recuperação ambiental, de acordo com as necessidades de cada área. Tais proposições seriam executadas em um segundo momento, a partir da elaboração de uma nova proposta que será novamente submetida ao Comitê e, se aprovada será licitada e executada.

Reitera-se, porém, que o objetivo do projeto não se relaciona apenas ao cadastramento, descrição física das nascentes e proposição de ações de recuperação. Pretende-se, sobretudo, formar uma consciência crítica com relação à importância das nascentes e a necessidade de se pensar ações que possam ser realizadas para conservá-las.

Para tanto, foi proposta a realização de ações de mobilização das comunidades envolvidas, a partir de reuniões, seminários e eventos de mobilização cultural e educativos, objetivando incentivar a adesão ao projeto. Tais eventos configuram-se também em ações instrutivas, através das quais pretende-se atingir uma maior significação, por parte dos participantes, com relação às nascentes e, conseqüentemente, uma maior adesão ao cuidado com as mesmas.

Posteriormente foi proposta a realização do cadastro das áreas de nascentes, incluindo entidades locais e proprietários que possuam nascentes em seus terrenos, para posterior proposição de ações estruturais que serão executadas durante o período de atuação deste projeto. Após o cadastramento deverá ser realizada a caracterização e tipologia das nascentes encontradas.

Acredita-se que seja necessário efetuar, também, o registro daqueles moradores, empresas ou entidades que desenvolvem ações relacionadas às nascentes ou corpos d'água nas áreas urbanas. Tais como: ações relacionadas à proteção, conservação, divulgação, ação social, educação ambiental, agricultura urbana, hortas comunitárias, produção de plantas medicinais, áreas de lazer, restaurantes, clubes, pesque-pague.

As informações colhidas nas etapas anteriores possibilitarão a proposição de ações que visem à conservação das nascentes encontradas na área de atuação. Dessa forma, serão propostas e executadas ações de recuperação ou proteção de nascentes, para as áreas estudadas. Depois de recuperadas, essas áreas também serão usadas como ferramentas de mobilização local, a partir da apresentação de modelos que podem ser adotados em outros terrenos e em outras localidades. Todos os cadastros realizados serão publicados no site do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

3.2 Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Jequitibá

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Jequitibá (SCBH Ribeirão Jequitibá) optou por direcionar suas abordagens para consolidação e difusão de modelos de produtividade rural sustentável a partir da consolidação de sete micro-bacias demonstrativas que apresentariam modelos agroecológicos e técnicas ambientalmente sustentáveis para o desenvolvimento ambiental em propriedades rurais.

Este direcionamento foi tomado uma vez que os encontro realizados com os participantes do SCBH Ribeirão Jequitibá, apontaram a necessidade de implementação de ações voltadas a diminuir impactos provenientes de práticas rurais. Seguindo esta direção foi sugerida a proposição de ações que fomentem e divulguem a utilização de técnicas agroecológicas, a partir da estruturação de Unidades Demonstrativas.

Atingir o objetivo de minimizar tais impactos visando à conservação dos cursos d'água passa obrigatoriamente por associar às ações propostas, estratégias de comunicação e mobilização que repercutam positivamente naqueles atores locais responsáveis pela pretendida conservação e beneficiários imediatos da presença de cursos d'água com boa qualidade.

Assim, este projeto foi destinado à implementação de sete Unidades Demonstrativas (UD), nas quais serão utilizadas técnicas agroecológicas e práticas mais adequadas para destinação de efluentes domésticos. As intervenções serão associadas a atividades de mobilização e educação ambiental, visando sensibilizar e envolver toda a população dessa bacia para a importância da gestão das propriedades rurais e sua correlação com a qualidade das águas.

3.3 Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Taquaraçu

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Taquaraçu definiu pela continuidade de um projeto que já está em desenvolvimento na bacia e que visa à recuperação ambiental de áreas degradadas a partir do envolvimento e conscientização das comunidades locais.

Desta forma, esse projeto propõe a sensibilização e o envolvimento das comunidades, entidades locais e proprietários rurais, a partir da realização de ações de recuperação e proteção de nascentes, cursos d'água e matas ciliares, na bacia do Rio Taquaraçu. A ação será direcionada não somente à realização da recuperação ambiental em si, mas visa sobretudo, a formação de uma consciência crítica sobre os problemas existentes na bacia.

É proposta a implementação de centros de referência do projeto localizados em três municípios da sub-bacia, em parceria com entidades locais. Estes centros funcionarão como estrutura de apoio ao produtor rural, auxiliando em atividades diversas, como na divulgação do projeto, fornecimento de informações, cadastramento de produtores rurais, ponto de encontro e apoio à manutenção das ações de recuperação.

Além disso, é proposta a implementação de um viveiro de mudas, localizado em ponto estratégico da bacia, que permita, principalmente, a produção e o fornecimento de mudas para as ações de reflorestamento do projeto. Espera-se, também, que ele venha a funcionar como um dos centros de referência.

A localização do viveiro foi acordada por meio de parceria com a empresa ArcelorMittal que ofereceu área localizada no entorno da Usina Hidroelétrica Madame Denise, no município de Taquaraçu de Minas, para implantação do viveiro. A área em questão oferece infraestrutura necessária para funcionamento do viveiro e reforça a política do SCBH Rio Taquaraçu de firmar parcerias com as entidades locais.

3.4 Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata

Os encontros realizados com os participantes do SCBH Ribeirão da Mata apontaram a necessidade de haver uma valorização daqueles cursos d'água que ainda se encontram em condições ambientais propícias ao desenvolvimento de ações de conservação.

Para tanto é proposta a elaboração de um diagnóstico que terá por objetivo direcionar as ações que serão necessárias para que se efetive a conservação proposta pelo Subcomitê. A elaboração deste diagnóstico será acrescida de ações de mobilização, incluindo a realização de oficinas com as comunidades envolvidas, favorecendo a formação de uma consciência crítica sobre as possíveis formas de conservação da bacia.

Acredita-se que atingir o objetivo de valorizar esses cursos d'água visando sua conservação passa obrigatoriamente por associar às ações propostas, estratégias de comunicação e mobilização que repercutam positivamente naqueles atores locais responsáveis pela pretendida conservação e beneficiários imediatos da presença de cursos d'água com boa qualidade.

Serão propostas também, ações intencionadas a incentivar a utilização de sistemas alternativos para o tratamento de efluentes e ações relacionadas à proteção das matas ciliares e nascentes.

Além disso, pretende-se verificar a possibilidade de formar corredores ecológicos a partir destas sub-bacias, e de outras em igual condição de qualidade de água, para que possam ser referenciadas na atualização do Plano Diretor do Rio das Velhas, como prioritárias para a conservação conforme incisos I e III do Artigo 37 da lei Federal 9433/97.

A proposta do projeto auxiliará, portanto, na difusão de métodos e técnicas de conservação dos recursos naturais na bacia e terá como resultado final, embasada no diagnóstico, a definição das ações que devem ser propostas de acordo com as especificidades desta sub-bacia. Estas ações serão financiadas na segunda etapa desse projeto, a partir da elaboração de uma segunda proposta, que deverá ser elaborada e apresentada ao CBH Rio das Velhas, ao final deste projeto.

3.5 Análise comparativa e a continuação do processo de aplicação da verba da cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Além dos objetivos diferenciados, os projetos tiveram processos de construção e elaboração bastante singulares. Enquanto na bacia do Ribeirão Jequitibá o projeto teve fundamento e norteamento pela forte presença de empresas públicas de pesquisa e extensão agropecuária (EMATER-MG e EMBRAPA), nas bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça a participação da sociedade civil organizada foi fundamental e perceptível nos objetivos e metodologias dos projetos.

Os quatro projetos refletiram as peculiaridades dos lugares a partir das perspectivas dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica, sendo que o processo ainda está em construção. Os projetos finalizados foram entregues para análise à AGB Peixe Vivo, em janeiro de 2011, e para a Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle – CTPC, em março de 2011, e sua metodologia participativa foi apresentada ao Plenário do Comitê em 30 de março de 2011. A próxima etapa, conduzida pela Agência, será de elaborar os termos de referência para que os projetos sejam licitados e para que seja feita a contratação de entidades que serão responsáveis pela execução desses projetos.

Além dos objetivos diferenciados, os projetos tiveram processos de construção e elaboração bastante singulares. Por exemplo, enquanto na bacia do Ribeirão Jequitibá o projeto teve fundamento e norteamento influenciados pela forte presença de empresas públicas de pesquisa e extensão agropecuária (EMATER-MG e EMBRAPA), a participação da sociedade civil organizada nas bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça foi fundamental e perceptível nos objetivos e metodologias dos projetos.

Os quatro projetos refletiram as peculiaridades dos lugares a partir das perspectivas dos integrantes dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica. Finalizados, eles foram entregues para análise à AGB Peixe Vivo, em janeiro de 2011, e para a Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle – CTPC, em março de 2011. Sua metodologia participativa foi apresentada ao Plenário do Comitê em 30 de março de 2011. A próxima etapa, conduzida pela Agência, será de elaborar os termos de referência para serem licitados e contratados de forma a viabilizar a execução desses projetos nas respectivas sub-bacias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementar as primeiras ações estruturais contando com a contribuição dos subcomitês na definição das diretrizes dos projetos, visa fortalecê-los e garantir transparência e ampla participação nessa etapa inicial da utilização dos recursos. Enquanto ainda estão sendo definidos os critérios de seleção de projetos para toda a bacia, essa priorização atende aos objetivos da descentralização da gestão das águas na bacia a partir dos subcomitês, decisão aprovada pelo Comitê em 2004, por meio da deliberação 02/2004. (SEPÚLVEDA, 2005).

Paralelamente a essa ação, estão sendo realizadas visitas aos municípios inseridos nessas sub-bacias visando fortalecer sua participação nos projetos e apresentar informações sobre os resultados da cobrança e programas que estão sendo desenvolvidos pelo Comitê e para os quais, será fundamental a adesão dos municípios. Um deles é o Programa de Drenagem Sustentável da Bacia do Rio das Velhas que contemplará as suas principais sub-bacias. Espera-se assim, que haja um maior envolvimento entre municípios, subcomitês e Comitê. Nesse caso, o papel dos subcomitês como interlocutores será fundamental.

Não obstante os discursos simplistas relacionados à “urgência” em se iniciar a aplicação dos recursos, há, no Comitê e na Agência, a consciência da importância de que esse recurso venha a atender aos princípios da responsabilidade e seriedade, consolidando uma cultura da transparência na sua utilização, com o retorno efetivo para a bacia e para a sociedade. É fundamental que a sociedade seja informada sobre os valores arrecadados pelo uso de recursos hídricos e sua aplicação na bacia, condições incontornáveis para a consolidação da credibilidade do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Nessa perspectiva, os subcomitês também desempenham papel de destaque como aqueles atores mais próximos da população.

Apesar de trabalhos recentemente publicados discutirem e analisarem os Comitês de Bacia Hidrográfica (destacamos TEDESCHI, 2003; MAGALHÃES JUNIOR, 2007; NUNES JUNIOR, 2007) alguns inclusive focando o CBH Rio das Velhas (como a dissertação de mestrado defendida por Maria Angélica Costa, no Departamento de Geografia da UFMG em 2008), o cenário de planejamento que se anuncia é único: o acesso a recursos e a elaboração de projetos, assim como a valorização gerada pelo papel de protagonistas nas discussões do Plano Diretor de Recursos Hídricos, irá mudar as representações e significados atribuídos aos Subcomitês como instâncias de planejamento.

Finalizada a implementação da cobrança na bacia e iniciada a aplicação dos recursos em projetos para sua recuperação, cabe ressaltar o protagonismo do CBH Rio das Velhas em garantir o processo com ampla participação de representantes locais da bacia por meio dos subcomitês. Tem-se a convicção de que esse processo participativo é fundamental para o sistema de gestão das águas, pois ele colabora na consolidação da construção da “cultura” da transparência e da seriedade na aplicação dos recursos, de forma participativa e sempre em prol do equilíbrio ambiental da bacia e da qualidade de vida de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI DAS ÁGUAS. Lei 9.433, de 08 de Janeiro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm; acesso em 04 de maio de 2011.

CAMARGOS, L. de M. M. (coord.). **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio das Velhas: resumo executivo - dezembro 2004**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.

MAGALHÃES JUNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos : realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.

NUNES JÚNIOR, T. T.; MAGALHÃES JUNIOR, A. P. **Perspectivas de efetivação da cobrança pelo uso da água no Brasil com base na investigação da percepção e aceitação social na porção mineira da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Geociências, 2007.

TEDESCHI, W; MUNIZ, R. M. **Gestão intergovernamental da política de recursos hídricos [manuscrito]: estudo de caso da dinâmica do comitê para integração da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – CEIVAP**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2003.

THEODORO, Hildelano Delanusse. **Instituições e gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2002.

SEPÚLVEDA, Rogério de Oliveira. **Subcomitês como proposta de descentralização da gestão das águas na bacia do Rio das Velhas: o Projeto Manuelzão como fomentador**. Cadernos Manuelzão. n. 2. vol. 1. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas, 2005. pp. 5-11.

SEPÚLVEDA, Rogério de Oliveira e PROCÓPIO, José de Castro. **Mobilização social e consolidação de práticas cidadãs**, in. Projeto Manuelzão: a história da mobilização que começou em torno de um rio. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas, 2008. pp. 55-70.